

Conselho Participativo Municipal – Butantã

Ata da Reunião Ordinária de 25 de Setembro de 2014

Local: Subprefeitura do Butantã - Sala Butantã

Início da reunião: 19h40

Encerramento da reunião: 22h40

Comissão Coordenadora - Presentes: Ana Maria Raddi Uchôa, Júlia Titz, Marcia Gregori, Maria de Lourdes Andrade de Souza (Lia), Sônia Regina Batista da Silva, Werner Regenthal;

Ausências justificadas (6): Alexander Fukumura, Aparecido Rafael Monteiro, Felipe Valentim Bonifácio, José Martins de Abreu Cavalcante, Luís Alberto da Silva Santos e Rosane Cotta Seilhe Perrote.

Ausências não justificadas (10): Adriana dos Santos Rabelo, Antônio Carlos de Almeida Santos, Carmen Caballeria Ferreira, Eliene Souza do Nascimento, Elizabete Silva, Jaqueline Carneiro de Albuquerque, José Antonio Cruz Reyes, Juliana Alves Pessoa, Manoel Passos Faria e Milton Ângelo Bianchi.

Visitantes: Antônia Santana, Luciana, Rui Neves Barreto, Francisca e Ana Caroline.

A conselheira Júlia Titz deu início aos trabalhos lembrando a pauta e pedindo que todos se manifestem de forma concisa em virtude do tempo regulamentar da reunião. Apresentou a sequência dos quatro encontros do Conselho Participativo Municipal do Butantã com a Subprefeitura e passou a palavra à Subprefeita designada do Butantã, Sra. Maria Rosa da Silva para sua apresentação do orçamento da Subprefeitura.

1. Apresentação do Orçamento pela Subprefeitura

A Subprefeita Maria Rosa da Silva apresentou a supervisora de finanças da Subprefeitura, Sra. Regiane Florença da Silva e a coordenadora de orçamento e finanças, Dra. Jacyra Suely Rodrigues. A equipe se colocou à disposição para conversar com os conselheiros sobre o orçamento quando necessário para esclarecer dúvidas e questões. A seguir, mostrou um Power Point do organograma do governo municipal com relação às finanças e da constituição e divisão do orçamento da Subprefeitura do Butantã. Se comprometeram a enviar o material elaborado para o grupo de conselheiros para que houvesse um exame mais aprofundado do tema. Destacaram que a Subprefeitura contará com dotação orçamentária própria mas que a execução orçamentária e das Secretarias. Acrescentaram que os vereadores também têm cotas de verbas que precisam ser utilizadas durante o ano em exercício e que essas verbas são encaminhadas para o executivo mas demoram a ser liberadas, chegando geralmente depois de agosto. Essa verba é vinculada a um determinado projeto, não podendo ser realocada para outras destinações. Disseram que todos os serviços rotineiros são terceirizados e que as equipes contratadas são monitoradas pelos poucos funcionários da Subprefeitura via computador. Lembraram, ainda, que no site da transparência é possível acompanhar os trabalhos das Subprefeituras. Após a apresentação foi dada a palavra aos presentes que quisessem se manifestar o esclarecer dúvidas relativas ao orçamento. O conselheiro Luiz Thomaz sugeriu que, já que é tudo terceirizado, que a fiscalização dos trabalhos seja mais rigorosa. O conselheiro Roldão Soares disse que o certo seria a Subprefeitura ter um orçamento próprio e não parte da verba vir do gabinete dos vereadores. A conselheira Sônia Regina Batista perguntou como a Subprefeitura poderia pressionar para ter um orçamento maior. A conselheira Beatriz Botelho questiona se adequação do orçamento é equânime entre as subprefeituras. O conselheiro Pedro Fernando indagou sobre o processo de licitação. A conselheira Marcia Gregori perguntou como o conselho poderia participar mais ativamente da lista de obras prioritárias. O conselheiro João Victorelli pede que haja um SAC exclusivo para o Conselho Participativo Municipal. A Subprefeita respondeu que há fiscalização e que

infelizmente a Subprefeitura é ainda uma zeladoria. Disse também que o Butantã é uma das subprefeituras com maior orçamento na cidade e que os processos de licitação seguem a lei 866. Quanto à lista de obras prioritárias, disse que ela foi feita a partir dos SACs realizados pelos munícipes e das consultas à população nas plenárias realizadas. Agora que existe o Conselho Participativo, essas prioridades deverão passar pela avaliação e aval dos conselheiros. E sobre o SAC exclusivo para o CPM, ela acredita que do jeito que está é mais democrático, pois as demandas vêm da participação popular nas plenárias. (cópia do memorial descritivo das três obras prioritárias do P.P.A.-2014 circulou entre os presentes)

Ao final da apresentação da Subprefeitura a conselheira Júlia Titz apresentou a comissão coordenadora e suas atribuições na reunião.

Coordenação: Julia Titz

Secretaria: Marcia Gregori

Mediação: Maria de Lourdes (Lia)

Inscrições: Werner Regenthal

Apoio à coordenação e secretaria: Ana Raddi Uchôa e Sônia Batista.

2. Relato da Comissão Coordenadora

A coordenadora Júlia Titz disse que a comissão coordenadora está coesa, agilizando e cumprindo com seus trabalhos. Acrescentou que as atas estão sendo tratadas porque houve um atraso devido a problemas pessoais de alguns dos conselheiros da coordenação. Disse também que quer que o conselho seja modelo e para isso os conselheiros precisam se colocar com mais concisão e objetividade. Assim seriam evitados os estouros de tempo da reunião. Após a introdução, Júlia Titz passou a palavra a conselheira Marcia Gregori para fazer o informe da comissão coordenadora. A conselheira Marcia Gregori falou que a comissão está se encarregando das faltas dos conselheiros que estouraram o número máximo de faltas injustificadas (de que o conselheiro Werner Regenthal trataria no final da reunião) e disse que na última reunião da comissão um assunto importante tratado foi o da abordagem dos temas e encaminhamentos levados pelos conselheiros às reuniões. Relembrou que o conselheiro José Martins de Abreu Cavalcante pediu licença por 90 dias para se candidatar à Câmara Federal e que o pleno precisava aprovar o pedido. Os conselheiros presentes aprovaram a questão. Colocou, também, que para que os conselheiros votem com autonomia e consciência é preciso se aprofundar nos temas e discuti-los cuidadosamente, como por exemplo já fora feito anteriormente com relação a casos levados ao pleno. Sobre ofícios, a conselheira Ana Uchôa informou que outros dois foram protocolados pela comissão: O ofício 2, referente ao redimensionamento da prioridade saúde, foi protocolado na audiência pública de 06/09; o de número 3 e 4, a emitir, referem-se respectivamente: à justificativa da inviabilidade do projeto prioritário saúde bem como de acompanhamento da adaptação desta proposta; e à justificativa para o prazo prolongado para a implantação do projeto de urbanização da VL Nova Esperança.

3. Relato do CPOP

A coordenadora Júlia Titz passou a palavra aos conselheiros representantes do CPOP, conselheiros Maria de Lourdes (Lia) e Paulo Lomar, que disseram não ter havido reunião e que esta aconteceria no dia seguinte. Acrescentaram que estavam se dividindo em comissões para atuar mais especificamente no orçamento da cidade de São Paulo.

4. Aprovação de atas

A coordenadora Júlia Titz encaminhou a aprovação das atas pendentes e já encaminhadas ao pleno pelo email do grupo, que circulavam impressas junto ao pleno. A saber: ata do dia 10 de Julho de 2014, ata do dia 14 de agosto de 2014 e ata do dia 28 de agosto de 2014. A ata do dia 10 de julho foi aprovada com a correção da fala da conselheira Martha Pimenta, que disse que gostaria que constasse o que ela quis dizer a respeito da regularização fundiária. Graças à explicação do conselheiro Paulo Lomar ela entendeu que a regularização fundiária não é a

SUBPREFEITURA DO BUTANTÃ

regularização dos terrenos ocupados, mas dos lotes, e que por isso ela deve acontecer necessariamente após a urbanização (algo que ela entendia ser diferente), por isso a correção em sua fala. A conselheira Maria de Lourdes (Lia) disse que com ela aconteceu a mesma coisa e que ela só compreendeu este processo depois de um tempo. Os conselheiros Marcos Correa e André William também disseram ter entendido a colocação da conselheira Martha como uma dúvida, uma pergunta. Aceita a alteração na fala da conselheira Martha Pimenta, a ata foi aprovada por unanimidade. A ata do dia 14 de agosto sofreu inclusões e correções via email das conselheiras Beatriz Botelho e Marcia Gregori já contempladas no texto final impresso e foi assim aprovada. Na ata do dia 28 de agosto constava a presença da conselheira Martha Pimenta, sendo que esta justificou sua ausência. Tendo sido corrigida, foi assim aprovada por unanimidade. A coordenadora Júlia Titz colocou ao pleno a questão da ata do dia 3 de julho de 2014, que já havia sido aprovada pelo pleno, mas que não teve algumas inclusões solicitadas atendidas. Dessa forma, precisaria ser reaprovada com algumas inclusões: fala da conselheira Regiani Oliveira, sobre a visita dos conselheiros aos distritos com mais problemas; fala da conselheira Regiane Teixeira esclarecendo sobre a manifestação em frente à Prefeitura Municipal de São Paulo e pedindo que se anexe a ata da reunião com a Secretaria de Relações Governamentais realizada nessa mesma data; correção da fala da conselheira Maria de Lourdes (Lia) que não disse que as reuniões do CPOP eram tumultuadas e que não confirmou ter participado de reuniões da Rede-BT; inclusão de esclarecimento da conselheira Ana Uchôa sobre a ausência do Sr. Mario Souza na reunião e informação referente a pronunciamento da secretária Leda Paulani (vídeo-Planeja Sampa) sobre o processo de escolha das obras prioritárias do PPA-2014 pelos CPMs. O pleno esteve de acordo com as alterações propostas e aprovou a ata por unanimidade. Assim, ficou faltando apenas a aprovação da ata do dia 24 de julho de 2014, cuja secretaria foi feita pelo conselheiro Luis Alberto. Como ele está com problemas pessoais, não tem participado das reuniões da coordenação nem do conselho. Mas a ata será encontrada pelos demais membros da comissão coordenadora, será enviada a todos os conselheiros o mais depressa possível para que possa ser aprovada na próxima reunião ordinária. A coordenadora Júlia Titz informou que a partir deste momento, de acordo com decisão tomada pela comissão coordenadora, as atas serão enviadas no máximo uma semana após as reuniões e depois poderão sofrer emendas por mais uma semana (via e-mail do grupo de conselheiros).

5. Apresentação dos visitantes presentes

A coordenadora Júlia Titz indicou que a rotina não foi cumprida e que os visitantes deveriam ter se apresentado no início da reunião. Pediu, então, que eles se apresentassem.

Ana Santana, da Vila Nova Esperança;

Luciana, jornalista que trabalhou na Rede Nossa São Paulo;

Rui Neves Barreto, da Sociedade Amigos da Cidade Jardim;

Francisca, da Marcha Mundial das Mulheres;

Ana Caroline, suplente do Distrito Butantã.

6. Pautas das próximas reuniões

A conselheira Ariela perguntou sobre o encaminhamento da pauta das reuniões seguintes. O conselheiro Paulo Lomar pediu que os temas da pauta sejam mais claros e concisos, com detalhes de objetividade que facilitam a leitura e a compreensão para todos, no que foi apoiado pelos conselheiros Vera Machado, Roldão Soares, Luiz Thomaz e Sônia Batista, que sugeriu que a pauta tivesse no máximo 3 temas (por exemplo, mobilidade, habitação e saúde). O conselheiro Roldão Soares sugeriu que a CET seja convocada para uma reunião do conselho para esclarecer alterações que estão sendo feitas sem consulta à população. A conselheira Ana Uchôa informou que a comissão coordenadora já decidiu adiantar em uma semana a data da reunião da comissão coordenadora, preparatória da reunião seguinte, para que a pauta possa ser enviada com antecedência e discutida democraticamente pelos conselheiros.

SUBPREFEITURA DO BUTANTÃ**7. Pergunta do CPM-BT ao Prof. Jorge Kayano**

A coordenadora Júlia Titz introduziu a discussão de uma pergunta formulada pelo CPM-BT para ser discutida na aula magna do Prof. Jorge Kayano no dia 27 de setembro de 2014. A urgência se deu em função de que o pedido foi feito pela SMRG à coordenação apenas na véspera da reunião. As conselheiras Regiani Oliveira, Maria de Lourdes (Lia) e Sônia Batista perguntaram porque os conselheiros estão no conselho e qual é realmente sua representatividade. O conselheiro João Victorelli disse acreditar que nada foi feito no conselho e que não há consciência do que o conselho já fez e perguntou como o conselho irá prestar contas. Pediu mais importância do conselheiro junto à comunidade. O conselheiro Marcos Correa concordou com o conselheiro João Victorelli e acrescentou que as prioridades definidas pelo conselho devem ser atendidas. A conselheira Ariela Comparato discordou da afirmação de que nada foi feito no conselho e disse que ele é uma construção que leva tempo e que está sendo feita democraticamente. Disse que o CPM-BT foi elogiado na SMRG por causa de seu Regimento Interno e da formação do Conselho de Ética e que houve vários encaminhamentos até o momento. Sugeriu a pergunta sobre qual o papel do conselho citando os casos das prioridades como sugerido pelo conselheiro Marcos Correa. A conselheira Martha Pimenta concordou com a conselheira Ariela Comparato e disse que os conselheiros devem ter paciência e se aprofundar nas questões para entender melhor as demandas. Sugeriu que se pergunte o que se espera do conselho neste primeiro ano de funcionamento. A conselheira Ana Raddi Uchôa se colocou de acordo com a pergunta sugerida pela conselheira Martha Pimenta e disse acreditar que o pleno amadureceu, sim, tanto que não cedeu à incitação ao tumulto e se estruturou, por conta própria, na reunião passada. Disse ver positivamente a formação de núcleos de organização. Sugeriu incluir na pergunta a questão da descentralização. O conselheiro Ivanildo Oliveira Júnior concordou com o conselheiro João Victorelli e colocou sua preocupação com o desgaste do conselho e uma possível falta de credibilidade. A conselheira Vera Machado disse que como foi apresentado pela própria Subprefeita, a Subprefeitura não passa de uma zeladoria e as demandas do conselho não podem passar apenas pelo orçamento. Propôs que se pergunte a respeito dos limites e possibilidades do conselho numa subprefeitura que tem caráter de zeladoria e sobre a expectativa do governo com a participação popular através dos conselhos. A conselheira Regiani disse que o conselho aprova mas não decide e pediu que na pergunta se incluísse qual a pretensão do governo quando pede a opinião do conselho (se querem de fato participação ou apenas o nosso aval) e se o conselho apresentar novas propostas até que ponto elas serão aceitas. O conselheiro Roldão Soares sugeriu a pergunta sobre para que serve e qual a função do conselho. A conselheira Beatriz Botelho apoiou a colocação da conselheira Vera Machado. O visitante Rui Barreto lembrou que de acordo com a lei de 1988 e depois o Estatuto da Cidade, todos os projetos deveriam ser resolvidos no conselho. A partir da discussão realizada, a comissão coordenadora ficou incumbida de condensar as perguntas em uma só e enviá-la à SMRG até o dia seguinte (26 de setembro de 2014).

8. Apresentação dos Distritos

A coordenadora Júlia Titz colocou que diante do adiantado da hora, seria melhor fazer as apresentações dos Distritos numa próxima reunião, o que foi aceito pelos conselheiros presentes. Propõe que os distritos preparem e enviem sua apresentação com antecedência para todo o grupo de conselheiros. Os conselheiros André William e Marcos Correa disseram que será necessário apresentar também as devolutivas sobre os encaminhamentos pedidos que será uma complementação ao trabalho dos distritos. Disseram não querer apenas enviar, mas apresentar para o pleno. A conselheira Márcia Gregori disse que concorda que a apresentação seja fundamental, mas que acredita que o envio seja importante para ficar documentado no conselho e para que as pessoas possam conhecer o tema apresentado com antecedência. A conselheira Martha Pimenta colocou que como os estágios de trabalho de cada distrito são diferentes, seria importante saber qual o tempo para a apresentação de cada um. E afirmou que o envio para o grupo completo de conselheiros é importante para democratizar a discussão. A conselheira Vera Machado disse que as metodologias foram apresentadas e que é preciso pensar nos limites de atuação do conselho para se encaminhar

as demandas. A conselheira Ana uchôa disse que necessitava da confirmação de alguns dados, para a redação do ofício-convite ao secretário de serviços; tais como: tempo da apresentação, tema, tempo para diálogo e data, o que foi pactuado. O conselheiro André William afirmou que é preciso que o conselho se organize num passo-a-passo: 1. Demanda – 2. Trabalho. Disse que é importante compartilhar as demandas com um padrão, relacionar e resumir o que foi feito. Mas que o primeiro trabalho é de diagnóstico, pois trata-se da primeira vez que cada distrito será conhecido pelos demais distritos. Por isso não se pode prescindir da apresentação.

9. Reunião com o Secretário de Obras

A conselheira Ariela Comparato sugeriu que o Secretário venha na próxima reunião ordinária do conselho. A conselheira Marcia Gregori sugeriu que, como haverá a apresentação dos distritos na próxima ordinária, fosse feita uma reunião extraordinária com o Secretário e que a reunião ordinária tivesse uma pauta bastante resumida, contando apenas com a apresentação distrital. A sugestão foi aceita pelos conselheiros presentes e o convite será feito via ofício de número 5.

10. Conselheiros com excesso de faltas

O conselheiro Werner Regenthal apresentou a questão do conselheiro Milton Bianchi, que tem mais de seis faltas alternadas sem justificativa e pede que o pleno decida se aceita a justificativa por ele enviada por email na última reunião do dia 28 de agosto de 2014. O pleno decidiu não aceita-la, mas a conselheira Martha Pimenta ponderou que talvez na tabela de faltas estivessem faltando algumas justificativas que não foram registradas. A conselheira Ana Raddi Uchôa disse que precisamos ainda seguir o que consta do R.I., quanto a faltas justificadas, e que as colocações feitas no Anexo de Ética quanto a estas faltas serem consideradas, só valem para faltas a partir da publicação deste anexo. A conselheira Marcia Gregori sugeriu que a conselheira Martha Pimenta, antiga coordenadora do CPM-BT enviasse as justificativas do conselheiro Milton Bianchi para o conselheiro Werner Regenthal, atual responsável pela tabela de faltas, e que este checasse se há algum erro de contagem nas faltas. Caso a tabela de falta esteja correta e os encaminhamentos de acordo com o Regimento Interno, a decisão do pleno seria encaminhada e o suplente do conselheiro Milton Bianchi seria convocado.

A próxima reunião ordinária do Conselho Participativo do Butantã fica marcada para o dia 23 de Outubro de 2014 e terá na pauta a apresentação do diagnóstico e das demandas dos distritos do Butantã. A reunião extraordinária será agendada com o Secretário de Obras de acordo com a disponibilidade de agenda e então informada ao pleno.

Sem mais assuntos a tratar, a coordenadora Júlia Titz dá por encerrada a reunião às 22horas e 40 minutos.

Assina esta ata a conselheira Marcia Gregori
(MSG)